



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

A PREVIDÊNCIA E O SISTEMA DA DÍVIDA

SEMINÁRIO “REFORMA DA PREVIDÊNCIA – A Reforma que defendemos” organizado pelo gabinete integrado dos profissionais de Segurança Pública e do Ministério Público da Câmara dos Deputados Federais
Brasília, 12 de março de 2019

A DÍVIDA ECOLÓGICA TEM QUE SER COBRADA

Tragédia em Minas

"Dano humano será maior"

Presidente da Vale, Fábio Schvartsman, diz que a perda de vidas em Brumadinho será superior à ocorrida em Mariana. Executivo afirma que rompimento causou surpresa porque auditoria feita por empresa alemã não detectou nenhum problema no local

O local do rompimento

O rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, em 2015, causou a morte de 19 pessoas e deixou milhares de pessoas sem água potável.

Críticas de ambientalistas

O presidente da Vale, Fábio Schvartsman, afirmou, em entrevista coletiva, que a auditoria da empresa alemã não detectou nenhum problema no local.

Lama, tensão e medo de um novo desastre

Indústria

Desastre ambiental Troca de e-mails entre especialistas mostra que problemas em Brumadinho seriam conhecidos
Vale teria sido alertada sobre barragem

Tragédia em Minas

E-mails indicam: Vale sabia de falha em sensores

Troca de mensagens eletrônicas mostra que a mineradora foi alertada, dois dias antes do desastre, sobre problemas em equipamentos de medição de Brumadinho. Engenheiro relata, em depoimento, pressão para atestar estabilidade

• JOÃO HENRIQUE DO VALE
• GABRIEL KONAN
• JÚLIA OLIVEIRA
• MARCELO DA FONSECA

A Polícia Federal analisa e-mails trocados entre a mineradora Vale e duas empresas ligadas à segurança de Barragem 1 da Mina



Empresa tem pedido negado

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) negou um pedido da mineradora Vale para retomar as operações na mina e na usina

Desastres

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Mineração terá de se reinventar no Brasil, afirmam especialistas

Brumadinho e Mariana

A auditoria feita pela empresa alemã não detectou nenhum problema no local. O presidente da Vale, Fábio Schvartsman, afirmou, em entrevista coletiva, que a auditoria da empresa alemã não detectou nenhum problema no local.



Especialistas avaliam que companhias brasileiras reconhecem impacto da sustentabilidade nos negócios e que uma forma de ampliar engajamento ao tema é maior rigor na legislação

Faltam fiscalização e punição para as empresas no Brasil

Tragédia em Minas

Água representa risco à saúde

Análise feita por órgãos federal e estadual detecta presença de metais pesados no Rio Paraopeba acima do limite permitido. Abastecimento da população será feito por meio de fontes alternativas ou caminhões-pipa nas áreas mais afetadas

REUTERS/CONTRASTO

ALCANTARA/REUTERS

ALCANTARA/REUTERS

ALCANTARA/REUTERS

ALCANTARA/REUTERS

ALCANTARA/REUTERS

ALCANTARA/REUTERS

ALCANTARA/REUTERS

ALCANTARA/REUTERS

ALCANTARA/REUTERS



Rejeitos avançam

O rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, em 2015, causou a morte de 19 pessoas e deixou milhares de pessoas sem água potável.

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL

- Modelo de Previdência Social baseado na solidariedade e universalidade
- Aprovado por unanimidade em 1988
- Principal programa social do Brasil
- Atende a mais de 100 milhões de pessoas
- Sistema Integrado - Seguridade Social – engloba Previdência, Saúde e Assistência Social (Art. 194 da CF)
- Toda a sociedade contribui para a Seguridade Social (Art. 195 da CF)

Em valores atualizados, **de 2005 a 2016**

a arrecadação de contribuições à Seguridade Social registrou

SUPERÁVIT de mais de R\$ 1 TRILHÃO!!!

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL

Além de garantir **aposentadoria**, a Previdência Social engloba:

- I - cobertura dos eventos de **doença, invalidez, morte e idade avançada**;
 - II - proteção à **maternidade**, especialmente à gestante;
 - III - proteção ao trabalhador em situação de **desemprego** involuntário;
 - IV - **salário-família** e **auxílio-reclusão** para os dependentes dos segurados de baixa renda;
 - V - **pensão por morte do segurado**, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.
- Modelo importante para toda a economia do país! **Em mais de 70% dos municípios brasileiros, o volume de recursos dos benefícios da Seguridade Social supera o valor repassado pelo governo federal** (Fundo de Participação dos Municípios – FPE).

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL

- Não cabe falar em *déficit*
- **Artigo 195 da Constituição prevê também a participação dos orçamentos fiscais** em todos os âmbitos (federal, estadual, distrital e municipal).
- **Sobra de recursos** com a arrecadação de contribuições à Seguridade Social: R\$ **72,8** bilhões em 2005; R\$ **57,6** bilhões em 2010; R\$ **78,2** bilhões em 2011; R\$ **83,9** bilhões em 2012; R\$ **78,9** bilhões em 2013; R\$ **57,6** bilhões em 2014, e R\$ **13,7** bilhões em 2015.
- DRU desvinculou recursos para outros fins, principalmente juros
- Proposta de Reforma Tributária (PEC 293/04) ameaça o financiamento da Seguridade Social: transforma contribuições sociais (Cofins e Pis) em imposto, desvinculando 100 % da arrecadação dessas contribuições.

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL

- Regime Próprio de Servidores Públicos (RPPS) também não há que se falar em *déficit*
- A Constituição classificou tal regime em outro capítulo (Art. 40 civis, Art. 42 e 142 militares), fora da Seguridade Social
- Peculiaridades:
 - relação de trabalho profissional permanente e dependente;
 - natureza estatutária;
 - imposta unilateralmente pelo Estado que fica responsável pelo pagamento de seus servidores ativos e aposentados, mediante a destinação de recursos a rubricas específicas vinculadas a cada ministério ou órgão público;
 - Servidores públicos (que entraram no serviço público antes da criação do Funpresp em 2013) contribuem para a Previdência Social sobre a totalidade dos vencimentos e, após a aposentadoria, continuam pagando a contribuição previdenciária calculada sobre o provento integral;
 - Gasto com pessoal federal (inclusive aposentados e pensionistas) tem caído fortemente, de 54,5% da Receita Corrente Líquida em 1995 para 39,5% em 2018.

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL

Deveríamos estar debatendo uma reforma para aumentar o valor dos benefícios e ampliar o alcance da Seguridade Social, pois temos muito dinheiro pra isso!

Em dezembro/2018, possuíamos, por exemplo:

- **R\$ 1,27 TRILHÃO** no caixa do Tesouro Nacional;
- **R\$ 1,13 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
- US\$ 375 bilhões (**R\$ 1,453 TRILHÃO**) em Reservas Internacionais!

Brasil é a 9ª maior economia do mundo, possui imensas riquezas e potencialidades e quase R\$ 4 TRILHÕES líquidos!

O que explica o cenário de escassez e "crise"?

SITUAÇÃO DOS ESTADOS

Cerca de **R\$ 4 TRILHÕES** entesourados na esfera federal deveriam estar socorrendo os Estados brasileiros.

Estados já pagaram mais de 3 vezes o valor de suas dívidas refinanciadas pela União no final da década de 90, as quais foram absurdamente infladas por escandalosos passivos de bancos referente ao esquema PROES que foram indevidamente transformados em “dívida pública”.

Essa “dívida” inflada passou a ser atualizada monetariamente de forma cumulativa, pelo maior índice existente (IDP-DI), e sobre esta atualização mensal ainda incidiram elevados juros, fazendo com que a dívida se multiplicasse por ela mesma.

Apesar do rigoroso cumprimento dos pagamentos à União, e apesar da privatização de bancos estaduais, privatização de inúmeras empresas públicas estaduais e imposição de ajustes fiscais ao longo de 2 décadas, os **Estados ainda devem cerca de 5 vezes o valor refinanciado pela União.**

SITUAÇÃO DOS ESTADOS

Estados são credores de R\$ 269 bilhões perante a União de créditos da Lei Kandir mas o governo federal diz que não tem como pagar...

Agora os **Estados estão sendo empurrados para contratar dívida externa com bancos privados internacionais** para pagar à União! Estão sendo empurrados também para o **esquema fraudulento da "Securitização de Créditos Públicos"**, na ilusão de receber algum recurso inicial em decorrência de operação de crédito ilegal. E mais: o Tesouro Nacional anunciou que irá exigir cortes de gastos com funcionalismo estadual, entre outros **sacrifícios**, para um novo **"Plano de Equilíbrio Fiscal"**.

Tudo isso é desnecessário, e decorre do modelo econômico praticado pelo governo federal, em especial a política monetária suicida do Banco Central.

NECESSIDADE DE COMPREENDER A NATUREZA DA “CRISE” QUE ESTÁ JUSTIFICANDO A “NECESSIDADE DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA”

O que provocou a crise no Brasil?

- ✓ **Quebra de bancos ?**
- ✓ **Adoecimento da população, pestes ?**
- ✓ **Quebra de safra ?**
- ✓ **Guerra?**

O que explica a falência de inúmeras empresas, o desemprego recorde, a queda do PIB em mais de 7% em apenas 2 anos?

O que explica o contínuo crescimento do lucro dos bancos apesar da "crise" e queda do PIB?

Lucro dos bancos (R\$ bilhões)



2015

Lucro de

**R\$ 96
bilhões**

+

Provisão de

**R\$ 187
bilhões**

Fonte: <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>

CONJUNTURA DE CRISE FABRICADA PELA POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL

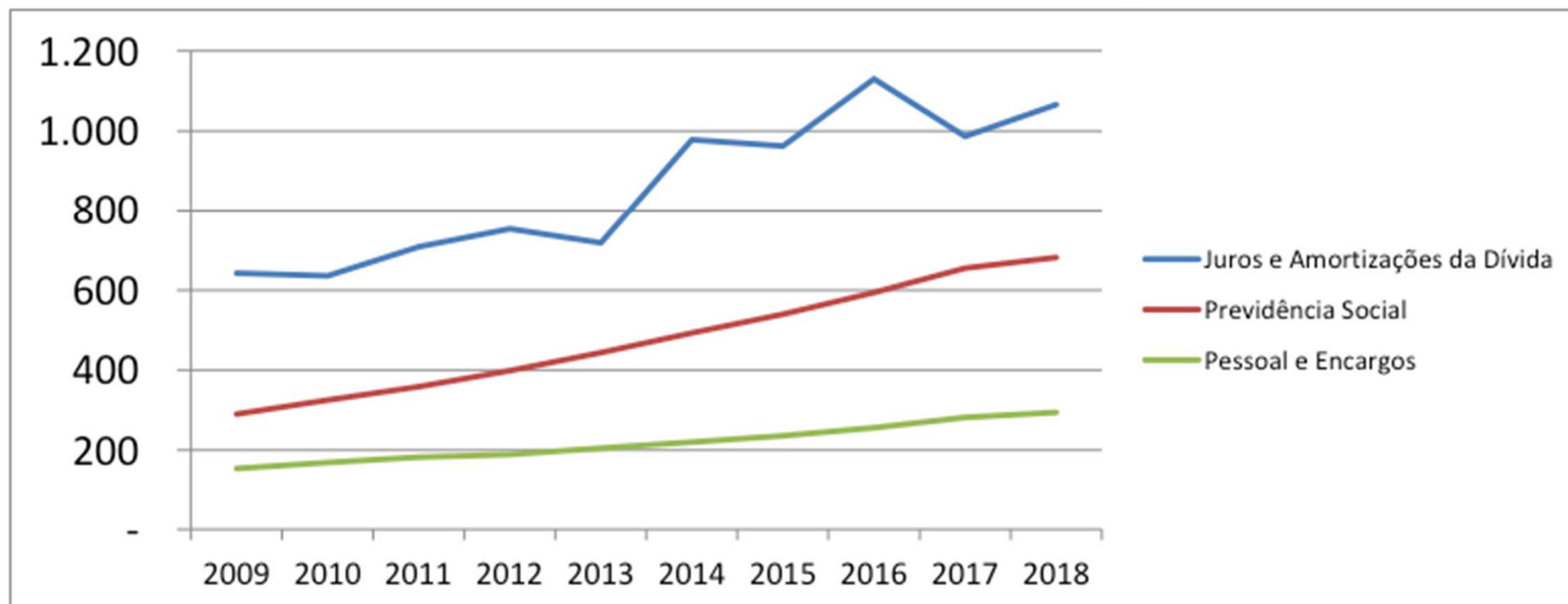
- ✓ **Taxas de Juros mais elevadas do mundo**
- ✓ **Restrição da base monetária**
 - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS (R\$1,2 trilhão), ilegal
BC enviou PL 9.248/2017 para "legalizar"
- ✓ ***Swap* Cambial** (ilegal, conforme TC-012.015/2003-0)
- ✓ **Prejuízos do Banco Central**
- ✓ **Colchão de liquidez exagerado (R\$1,2 trilhão na Conta Única do Tesouro): emissão excessiva de títulos e explosão da Dívida Pública**

✓ CRISE JUSTIFICA MEDIDAS RESTRITIVAS

- ✓ **EC 95 (PEC do Teto), EC 93, Lei Compl 159/2017**
- ✓ **Contrarreformas, Privatizações**
- ✓ **Esquema Fraudulento: "Securitização de Créditos"**
- ✓ **Autonomia do Banco Central**

O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NOS GASTOS FINANCEIROS COM A CHAMADA DÍVIDA PÚBLICA

Governo Federal - Gastos selecionados - R\$ bilhões



Fonte: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais#RREO> - Series Históricas - Por Função e por GND

Nota 1 - "Juros" e "Amortizações" foram somados porque o governo tem contabilizado grande parte dos Juros como se fosse Amortização/Refinanciamento. Ver texto <https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

Nota 2 - "Previdência Social" inclui o Regime Geral da Previdência Social (INSS) e Regime Próprio dos Servidores Federais, tal como divulgado pelo Tesouro Nacional

CENÁRIO DE ESCASSEZ: R\$ 1,2 Trilhão da Dívida Interna utilizados para remunerar a sobra de caixa dos bancos. **Custo: R\$ 754 Bilhões em 10 anos**

Quase MEIO TRILHÃO de Reais para Bancos!

Esse foi o custo da **remuneração da sobra de caixa dos bancos nos últimos 4 anos (2014 a 2017)**, conforme balanços publicados pelo Banco Central.

Essa benesse de quase meio trilhão de reais tem sido feita de forma ilegal e abusiva por meio de “Operações Compromissadas” realizadas pelo Banco Central com os bancos e funciona da seguinte forma: os bancos entregam sua sobra de caixa ao Banco Central e este entrega títulos da dívida pública aos bancos. Na medida em que os bancos detêm os títulos, eles passam a ter o direito de receber remuneração por isso. O Banco Central não pode utilizar esse dinheiro para nada, porque assume o compromisso de devolvê-lo aos bancos no momento em que eles pedirem de volta. Essa operação pode durar 1 dia ou anos, o seu volume ultrapassa R\$ 1,14 TRILHÃO, e custou nada menos que R\$449 bilhões no período de 2014 a 2017, ou seja quase meio trilhão de reais!

<https://goo.gl/gU6X7E> e <https://goo.gl/VWZgVa>

REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS

PL 9248/2017: Criação de “Depósitos Voluntários REMUNERADOS” pelo Banco Central – Ver <https://bit.ly/2F6Q8IJ>

- A remuneração da sobra de caixa dos bancos já vem ocorrendo por meio das “Operações Compromissadas” realizadas pelo Banco Central, cuja justificativa é o “controle inflacionário”
- O Banco Central troca a “sobra de caixa dos bancos” por Títulos da Dívida Interna. À medida em que os bancos detêm os títulos, recebem remuneração diária, pelo tempo que desejarem.
- Essas operações atingiram patamar de quase 20% do PIB (R\$1,23 TRILHÃO) em 2017, quando a inflação chegou perto de zero <https://goo.gl/dvHYmr>
- Dificuldade do BC em justificar esse montante elevadíssimo de “Operações Compromissadas” para controlar inflação, no momento em que vivemos uma recessão e queda da inflação, apesar dos abusivos aumentos de preços administrados (principalmente combustível e gás de cozinha)

Swap ilegal consumiu em 1 ano o triplo do que se espera arrecadar com todas as Privatizações

INFRAESTRUTURA / Pacote do governo prevê a licitação de 57 empreendimentos das áreas de energia e transportes até o fim do próximo ano, além da venda de empresas estatais à iniciativa privada. Modelagem dos leilões, no entanto, ainda não está definida

Privatização pode gerar investimento de R\$ 44 bi

de SIMONE KAFRUNI

O governo anunciou ontem um pacote de privatizações com previsão de investimentos de R\$ 44 bilhões ao longo dos anos de concessão de 57 empreendimentos a serem leiloados até o fim de 2018. O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) confirmou a concessão de 14 aeroportos, inclusive o de Congonhas (SP), administrado pela Infraero, e a alienação da participação acionária da estatal nas concessionárias dos terminais de Brasília (DF), Confins (MG), Galeão (RJ) e Guarulhos (SP), dos quais detém 49%. Também aprovou a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização (PND), da Casa da Moeda e da Eletrobras e marcou o leilão da usina hidrelétrica de Juruá (MG), objeto de

Feirão
Governo anuncia 57 concessões e R\$ 44 bilhões em investimentos

Sector aeroportuário
Empreendimentos
Aeroporto de Manaus/AM, João Pessoa/PB, Aracaju/SE, Juazeiro do Norte/CE

Edital
2º trimestre de 2018

Leilão
3º trimestre de 2018

Casa da Moeda será vendida
de MARILIA SABINO
ESPECIAL PARA O CORREIO

A Casa da Moeda do Brasil, responsável pela confecção de notas de reais e também de passaportes brasileiros, selos postais e diplomas, foi incluída no pacote de privatização anunciado ontem pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A previsão é que o edital seja publicado no terceiro trimestre do ano que vem, e que o leilão aconteça nos três últimos meses de 2018.

A ideia de privatizar a empresa pública foi apoiada pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, com o argumento de que há prejuízos crescentes na estatal, at

↑ Privatização de 57 empreendimentos, inclusive Eletrobras

MENU G1 ECONOMIA

30/09/2015 13h00 - Atualizado em 30/09/2015 15h20

BC tem prejuízo de quase R\$ 120 bilhões no ano com swaps cambiais

Na parcial deste mês, até a última sexta, perda do BC somou R\$ 44 bilhões. No ano, até dia 25 de setembro, prejuízo já soma quase R\$ 120 bilhões.

Alexandro Martello
Do G1, em Brasília

Facebook Twitter Google+ Print

Com a disparada do dólar, o Banco Central registrou prejuízo de R\$ 44,9 bilhões na parcial de setembro, até a última sexta-feira (25), com os chamados contratos de swaps cambiais - instrumentos que equivalem a venda de moeda estrangeira no mercado futuro e que atenuam as pressões sobre o dólar no mercado à vista.

saiba mais

Dólares deixam país semana passada e fluxo de setembro volta ao vermelho

De forma geral, o BC lucra com estas operações quando o dólar cai e perde quando a cotação da moeda norte-americana sobe.

No acumulado deste ano, também até a última sexta-feira, as perdas da autoridade monetária superaram a barreira dos R\$ 100 bilhões e somaram R\$ 119,17 bilhões. Os números foram divulgados pela própria instituição nesta quarta-feira (30).

↑ Ver Representação 2ª Sec. Cont.
TCU TC-012.015/2003-
0<https://goo.gl/jZTQcB>

Prejuízos bilionários do Banco Central têm sido transformados em “Dívida Pública”

Outro fator relevante que tem influenciado significativamente o crescimento do estoque da dívida interna são os recorrentes e volumosos **prejuízos operacionais do Banco Central**.

Além dos prejuízos com as questionáveis operações de swap cambial, antes mencionadas, a acumulação de quase 400 bilhões de dólares em reservas internacionais, às custas de emissão de títulos da dívida interna para enxugar dólares que ingressavam ao país, justamente quando essa moeda se desvalorizava, tem provocado prejuízos estratosféricos, que foram transferidos para o Tesouro e geraram ainda mais dívida pública:

- 2009: prejuízo de R\$ 150 bilhões;
- 2010: prejuízo de R\$ 48,5 bilhões;
- 2016: prejuízo recorde de R\$284 bilhões.

Todos esses prejuízos são transferidos para o Tesouro Nacional e arcados por toda a sociedade, apesar de não termos a menor ideia de quem são os beneficiários

Trecho do Relatório ACD 1/2017 entregue ao TCU

RECEITAS FEDERAIS R\$ 2,748 TRILHÕES
Realizadas em 2015 - Fonte: CGU - Transparência Brasil



Fonte: CGU Acesso em 26/03/2016 <http://goo.gl/adBGo3>

DESPESAS FEDERAIS R\$ 2,268 TRILHÕES
Pagas em 2015 - Fonte: SIAFI - Sistema SigaBrasil Senado Federal



Fonte: SIAFI Acesso em 26/03/2016 <http://goo.gl/YDH58n>

EMIÇÃO EXCESSIVA DE TÍTULOS

R\$ 480 bilhões em 2015

**SOBRA DE RECURSOS
CAIXA ÚNICO DO TESOURO
SUPERA R\$1,2 TRILHÃO**

BC e STN:
"Colchão de Liquidez"
**Para pagar juros aos
detentores de títulos**

- ✓ Qual é o custo desse exagero?
- ✓ Qual é o seu impacto na fabricação da crise atual?

EXPLOÇÃO DA DÍVIDA INTERNA

INCONSTITUCIONALIDADE

JUROS
MASCARADOS DE
AMORTIZAÇÃO/ROLA
GEM

FERE O ART. 167, III,
DA CONSTITUIÇÃO

Relatório ACD 1/2013

<https://goo.gl/OqsQ5R>

CONTABILIZAÇÃO DE JUROS COMO SE FOSSE AMORTIZAÇÃO

Gráfico 01

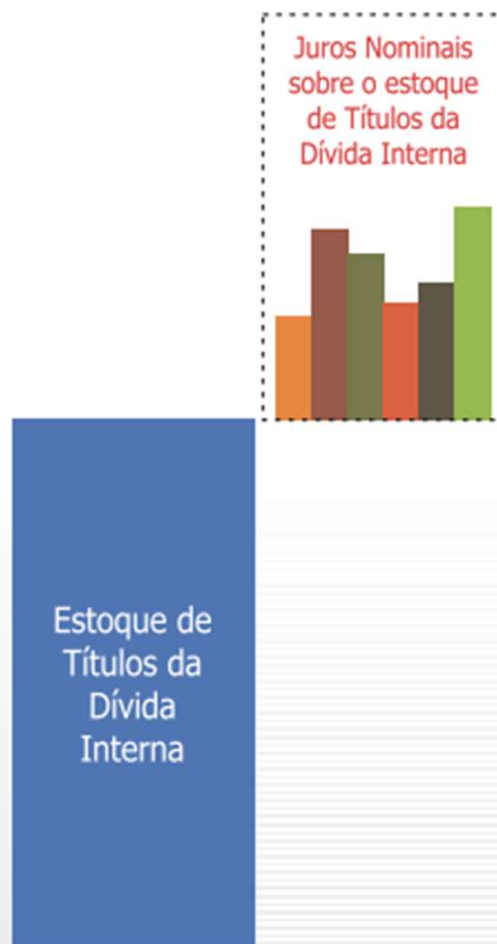
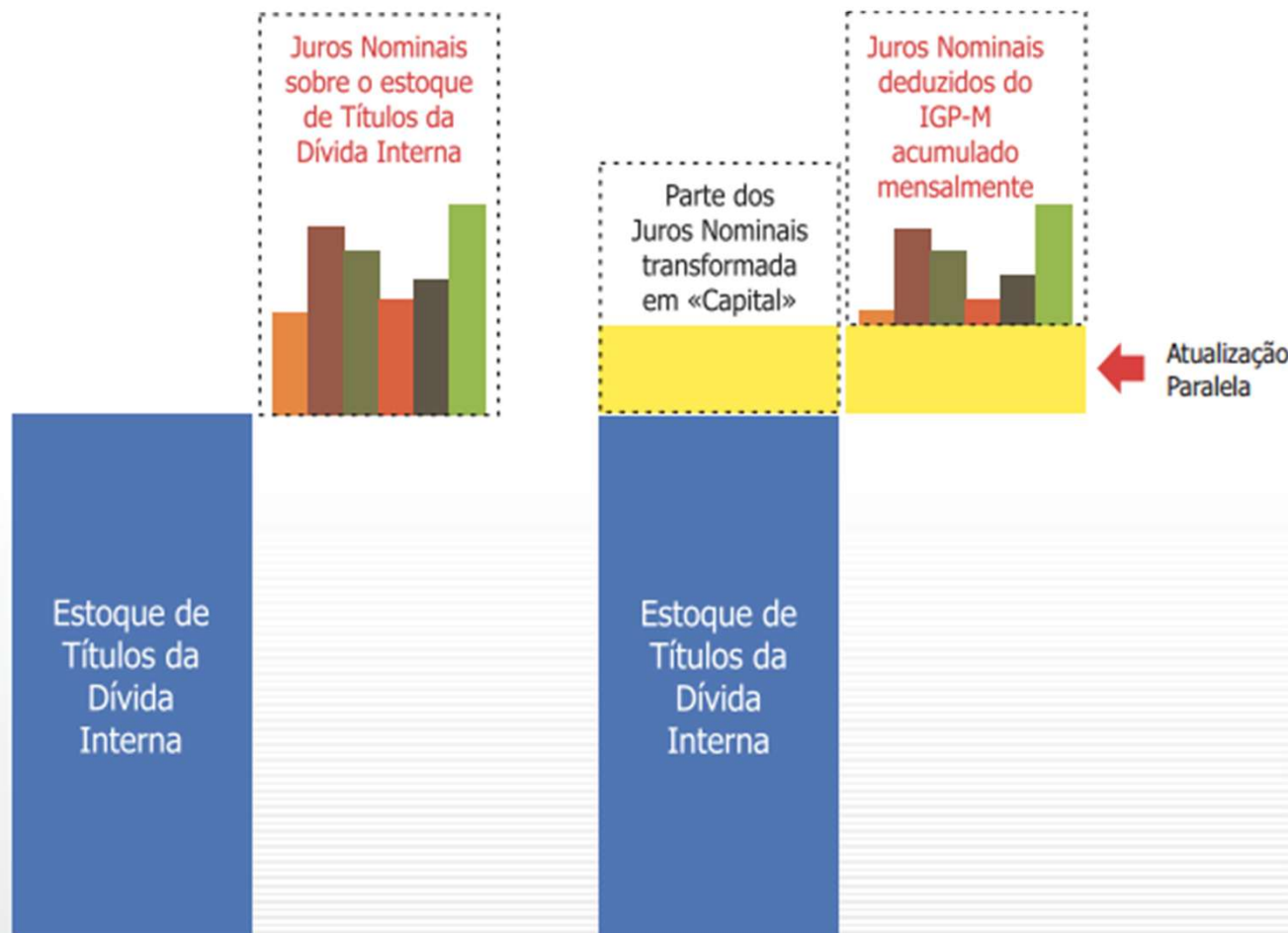


Gráfico 02



OUTROS FATORES QUE PRODUZEM O CENÁRIO DE ESCASSEZ: Modelo Tributário Regressivo

- Benesses tributárias injustificáveis, especialmente
 - Isenção para lucros distribuídos aos sócios
 - Dedução de juros sobre capital próprio
 - Desonerações para exportações e outros setores privilegiados
 - Lei Kandir
 - Falta de investimento na administração tributária para que esta possa efetuar a cobrança de devedores
 - Legislação que extingue a punibilidade mediante o pagamento, o que acaba incentivando a sonegação

OUTROS FATORES QUE PRODUZEM O CENÁRIO DE ESCASSEZ: "SISTEMA DA DÍVIDA"

- Utilização do endividamento como mecanismo de subtração de recursos e não para o financiamento dos Estados
- Se reproduz internacionalmente e internamente, em âmbito dos estados e municípios: CRISE EM DIVERSOS ENTES FEDERADOS BRASILEIROS
- Dívidas sem contrapartida
- Maior beneficiário: Setor financeiro



CENÁRIO DE ESCASSEZ: SUBTRAÇÃO DE RECURSOS PARA PAGAR JUROS E MECANISMOS DO "SISTEMA DA DÍVIDA"

DIVIDÔMETRO

QUANTO PAGAMOS (JUROS E AMORTIZAÇÕES) - DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

EM 2017

R\$ 986.110.833.381,00 = 2,7 BI / DIA

986 BILHÕES, 110 MILHÕES, 833 MIL REAIS

EM 2018 - ATÉ 31/12

R\$ 1.065.725.301.673 = 2,9 BI / DIA

1 TRILHÃO, 65 BILHÕES, 725 MILHÕES, 301 MIL REAIS

QUANTO "DEVEMOS"

Entenda esses números

DÍVIDA INTERNA FEDERAL - DEZ/2018

R\$ 5.523.121.023.828,08

5 TRILHÕES, 523 BILHÕES, 121 MILHÕES, 23 MIL REAIS

DÍVIDA EXTERNA TOTAL - DEZ/2018

US\$ 556.326.219.643,40

556 BILHÕES, 326 MILHÕES, 219 MIL DÓLARES

www.auditoriacidada.org.br

EC 95: Escancara o favorecimento ao setor financeiro e o dano ao Estado

Os gastos financeiros com a Dívida Pública e com as novas estatais criadas para operar o esquema financeiro da “Securitização de Créditos Públicos” ficaram fora do teto da EC 95

“ § 6º Não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos neste artigo:

(...)

IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.”

A Dívida Pública tem crescido em decorrência dos mecanismos financeiros que “geram” dívida, e não devido aos investimentos e gastos sociais

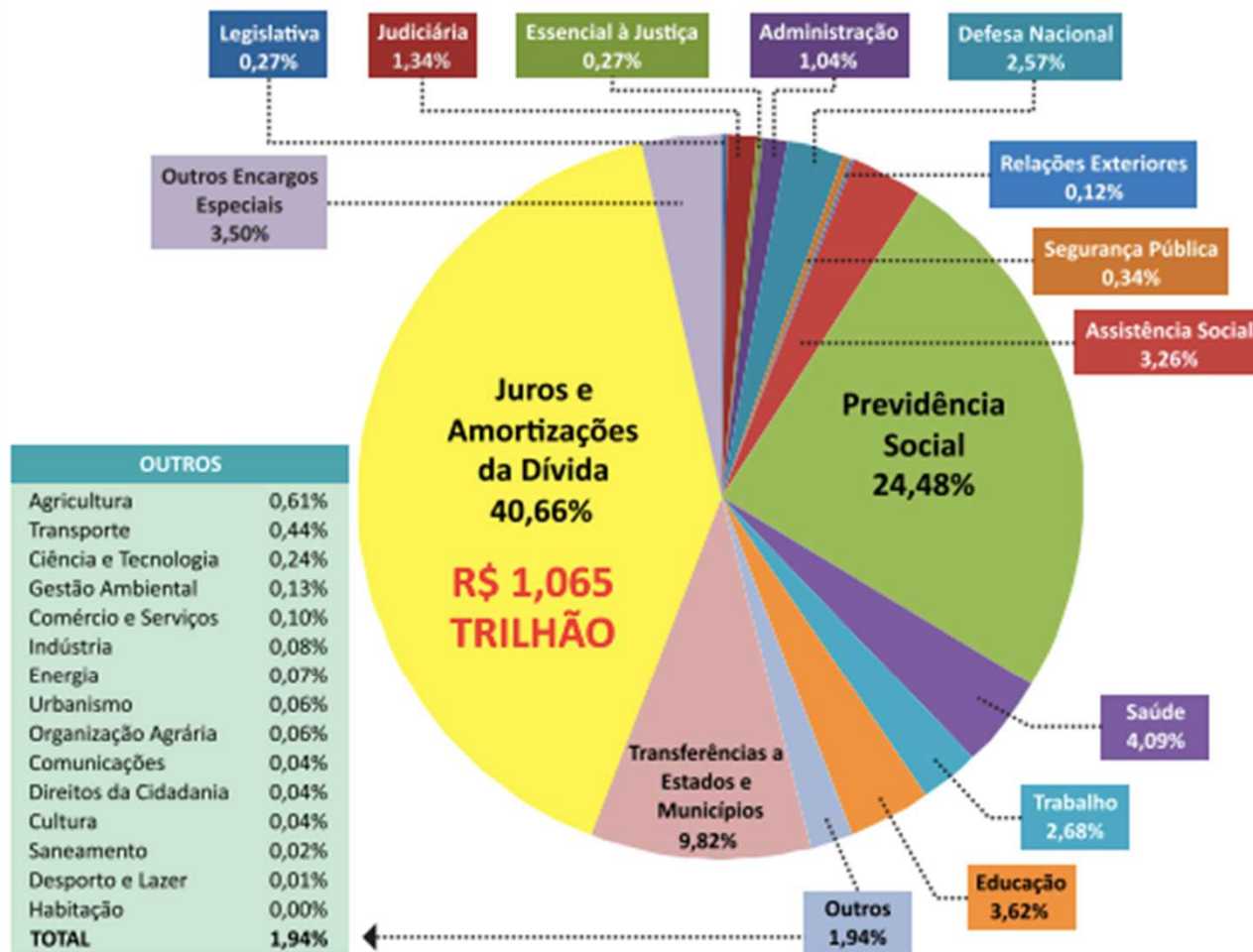
De 1995 a 2014 produzimos R\$ 1 trilhão de Superávit Primário e, apesar disso, a dívida interna aumentou de R\$89 bilhões para quase R\$4 trilhões no mesmo período

A REFORMA NECESSÁRIA É A DO SISTEMA QUE GERA DÍVIDA POR MECANISMOS FINANCEIROS:

- **Transformações de dívidas do setor privado em dívida pública;**
- **Elevadíssimas taxas de juros:** praticadas sem justificativa técnica, jurídica, econômica ou política;
- A ilegal prática do **anatocismo**: incidência contínua de juros sobre juros;
- A irregular **contabilização de juros como se fosse amortização** da dívida, burlando-se o artigo 167, III, da Constituição Federal
- As escandalosas operações de **swap cambial** realizadas pelo BC em moeda nacional, garantindo o risco de variação do dólar de forma sigilosa;
- **Remuneração da sobra do caixa dos bancos** por meio das sigilosas “operações compromissadas” que alcançaram R\$1,23 trilhão em 2017;
- **Emissão excessiva de títulos** para formar “colchão de liquidez”;
- **Emissão de títulos** para comprar dólares e aplicar em Reservas Internacionais, para repassar ao BNDES e recomprar dívida externa;
- **Prejuízos do Banco Central**

Orçamento Federal Executado (Pago) em 2018 = R\$ 2,621 TRILHÕES

O valor previsto para 2018 havia sido R\$ 3,527 Trilhões, diferença a ser investigada



Fonte: SIAFI - <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa> - Banco de Dados Access p/ download (Orçamento da União - Fiscal e Seguridade - até 31/12/2018)

Nota 1 - Somamos "Juros" e "Amortizações" porque o Tesouro contabiliza grande parte dos juros como se fosse amortização. Veja as explicações: <https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

ORÇAMENTO FEDERAL 2019: R\$ 3,262 trilhões

Dívida Pública: R\$ 1,425 trilhão quase 44%

Servidores Públicos (ativos e aposentados): R\$ 350,4 bilhões

Previdência Social (INSS): R\$ 625 bilhões

Investimentos: R\$ 36 bilhões.

O rombo das contas públicas está claramente localizado nos **sigilosos gastos financeiros com a chamada dívida pública** - que nunca foi auditada, como manda a Constituição – e não nas despesas com Pessoal ou Previdência.

Ver artigo:

**“ORÇAMENTO 2019 REVELA QUE O ROMBO ESTÁ NO GASTO
COM A DÍVIDA PÚBLICA”**

<https://bit.ly/2N8ubn0>

**GRANDE CAPITAL JÁ NÃO QUER “APENAS”
OS JUROS DA DÍVIDA, MAS SE APODERA
DIRETAMENTE DA ARRECADAÇÃO**

**Novo ESQUEMA FRAUDULENTO da chamada
“Securitização de Créditos” escancara o
desvio de recursos para bancos
privilegiados**

PLP 459/2017 (PLS 204/2016 no Senado)

PLP 459/2017 – Projeto Cifrado

“Art. 39-A. A União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município poderá ceder onerosamente, nos termos desta Lei e de lei específica que o autorize, direitos originados de créditos tributários e não tributários, inclusive quando inscritos em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado ou a fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

- ✓ Qual é o ônus? **Garantia Real exorbitante concedida pelo Ente Federado e custos elevadíssimos assumidos pelo Estado: taxas, advogados, seguros**
- ✓ Quais direitos são cedidos? **Fluxo da arrecadação**
- ✓ Quem são as pessoas jurídicas de direito privado? **Novas empresas estatais criadas para operar o esquema da “Securitização de Créditos”, a exemplo da PBH Ativos S/A, CPSEC S/A, entre outras**

Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

DESVIO DE RECURSOS ARRECADADOS



Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

CONTRATAÇÃO DISFARÇADA DE DÍVIDA PÚBLICA



Executivo Em mensagem ao Congresso, presidente cita Previdência, privatizações e mudança nos tributos

Bolsonaro promete fazer sete reformas

Ribamar Oliveira
De Brasília

Em mensagem que encaminhou ontem ao Congresso Nacional, o presidente Jair Bolsonaro comprometeu-se com sete reformas econômicas, que considera essenciais para garantir um crescimento econômico elevado e sustentável: a criação de uma "Nova Previdência", a mudança do sistema tributário, um ambicioso programa de privatização de serviços de infraestrutura, a liberalização comercial, a redução e racionalização dos subsídios concedidos pela União, a autonomia do Banco Central e a reforma administrativa.

Ao mesmo tempo, a mensagem

informa que o presidente vai manter o teto de gastos e diz que a aplicação do limite para as despesas da União "é crucial para garantir sustentabilidade fiscal de longo prazo e permitir que o país supere o atual desequilíbrio fiscal, decorrente do crescimento acelerado da despesa primária das últimas décadas".

O teto de gastos, no entanto, "não será suficiente para a realização do ajuste fiscal necessário", de acordo com a mensagem. A manutenção do teto "requer reformas que permitam o controle da despesa obrigatória". A primeira e principal medida de ajuste necessária ao cumprimento do teto, segundo o documento, é a reforma da Previdência. "Sem ela, não será possível conter a expansão da despesa".

A "Nova Previdência", anunciada pelo presidente, pretende conjugar o equilíbrio atuarial, com o amparo a quem mais precisa, separando "previdência" de "assistência". Bolsonaro confirmou que pretende mudar as regras dos atuais regimes de aposentadoria e criar um sistema de capitalização, que o presidente chamou de "Poupança Individual da Aposentadoria".

A mensagem informa que se o atual sistema, que estimula a aposentadoria antecipada e altas taxas de reposição, permanecer inalterado, os gastos previdenciários aumentariam cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2018 e 2060. "A aprovação da nova Previdência Social possibilitará que o país siga trajetória estável de cres-

cimento, com finanças públicas sustentáveis", diz o documento.

O atual sistema tributário apresenta, segundo a mensagem, dois problemas principais "que impedem que uma economia emergente funcione bem". O primeiro, é a elevada carga tributária, que chega a 33% do PIB, enquanto que a média dos países da América Latina é de apenas 20%. O recado da mensagem, portanto, é claro: a reforma pretende reduzir a atual carga. O segundo problema, é que o sistema tributário brasileiro é muito complexo, o que gera custos significativos, em termos de tempo e recursos. A reforma vai simplificar o sistema, mitigando a ocorrência de passivos fiscais.

O ambicioso programa de privatização de estatais e prestação de

serviços de infraestrutura parte do pressuposto de que "não há recursos públicos suficientes para financiar todo o investimento necessário". Além disso, "experiências recentes mostram que projetos de infraestrutura sob controle público estão sujeitos a muitas fragilidades que podem levar a ineficiências e ao desperdício de recursos". Por isso, o governo propõe privatizar e acirrar as concessões em todas as áreas da infraestrutura.

O governo vai fazer uma "liberalização comercial" porque entende que "existem várias instituições e instrumentos que impõem custos significativos e limites quantitativos à entrada no país de bens e serviços estrangeiros". A mensagem diz que o governo "está comprometido com medidas

que removerão todas as restrições desnecessárias ao comércio", sem especificar quais são elas.

A mensagem diz também que "a autonomia operacional do Banco Central fixada em lei reduz riscos no sistema financeiro, bem como cria condições melhores para o controle da inflação e a manutenção de taxa estrutural de juros mais baixa".

Em relação à reforma administrativa, a mensagem diz que é fundamental que sejam repensados: os modelos de aquisições de bens e contratação de serviços; as estratégias de transformação digital de serviços públicos prestados presencialmente; a própria dinâmica das relações de trabalho no âmbito da administração federal e a forma como as carreiras estão organizadas.

- ✓ Nova Previdência
- ✓ Mudança no Sistema Tributário
- ✓ Ambicioso programa de Privatizações
- ✓ Liberação Comercial
- ✓ Redução e racionalização dos subsídios concedidos pela União
- ✓ Autonomia do Banco Central
- ✓ Reforma Administrativa

Contrarreforma da Previdência

The logo for Monitor Mercantil, featuring the word "Monitor" in a large, white, serif font and "Mercantil" in a smaller, teal, sans-serif font, both set against a dark teal rectangular background.

09 DE JANEIRO, 2019

Artigo: “O déficit da previdência é fake”, de M. L. Fattorelli, para o Monitor Digital



13 DE FEVEREIRO, 2019

“Contrarreforma da Previdência empurra trabalhador para fundos de risco”, M.L Fattorelli para o Monitor Mercantil

<https://bit.ly/2IrZHh9> e <https://bit.ly/2GK1cVa>

Contrarreforma da Previdência



11 DE MARÇO, 2019

Jornal Extra Classe: “Banqueiros são os maiores defensores da Reforma da Previdência”, por M.L Fattorelli



08 DE MARÇO, 2019

Monitor Digital: “Você, mulher, será a maior prejudicada pela destruição da Previdência”, por M.L Fattorelli

<https://bit.ly/2ETqIVC> e <https://bit.ly/2F7hg27>

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

GÊNESE

- Recomendações de organismos estrangeiros como o FMI e Banco Mundial, segundo os quais seria necessário fazer tal “reforma” para que a economia volte a crescer. Nada mais falso, já que a falta de crescimento da economia não decorre de um suposto excesso de investimentos sociais, mas sim, da falta deles.
- Repetição de modelo indicado pelo BIS em vários países, mas muitos deles estão voltando atrás.

QUEM MANDA NO BRASIL?

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

OBJETIVOS

- Desmontar o modelo de solidariedade;
- Introduzir a "Capitalização", que sequer pode ser chamada de "Previdência", pois trata de aplicação financeira de risco, sem garantia alguma de pagamento de qualquer benefício;
- Entregar a nossa Previdência Social para bancos, na modalidade de "contribuição definida", ou seja, trabalhadores terão que pagar uma quantia certa e obrigatória, mas não terão a menor ideia sobre o valor de algum benefício futuro.

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Fim da solidariedade: cada trabalhador(a) terá uma conta individual, na qual depositará a **contribuição definida**, porém, os Bancos que irão administrar essas contas não terão obrigação alguma de pagar benefício futuro, que dependerá do comportamento do mercado financeiro e poderá ser ZERO, deixando a classe trabalhadora totalmente sem proteção. O governo também não dá garantia alguma a esse modelo. É cada um por si! Esse modelo foi implantado no Chile e quebrou! Aposentados idosos estão se tornando mendigos e se suicidando!

Insustentabilidade: A arrecadação do INSS que hoje compõe as receitas da Seguridade Social deixará de ser paga por aqueles trabalhadores e trabalhadoras que optarem por esse regime de “Capitalização”, comprometendo a sustentabilidade das atuais aposentadorias.

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Incerteza total: Desconstitucionaliza as regras gerais para futuros servidores e segurados do INSS

Adiamento da Aposentadoria: No **mínimo aos 65** para homens e **62** para as mulheres, mas a PEC está cheia de **gatilhos** que elevarão essa idade mínima para muito além disso.

Exigência de mais tempo de contribuição: No **mínimo 20 anos** (INSS), inclusive para trabalhadores e trabalhadoras rurais, ou 25 anos (servidores públicos), mas quem não quiser perder muito ao se aposentar terá que contribuir por **40 anos!**

FIM DA APOSENTADORIA: Essa combinação de idade mínima avançada e contribuição mínima de até 40 anos significa o fim do direito à aposentadoria para aquelas pessoas mais vulneráveis, afetadas pela informalidade e pelo desemprego, e dentre estas sobressaem as mulheres.

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Regras de Transição inaceitáveis: Exigência de 35/30 anos de contribuição, e mais a Regra 86/96, que sobe até chegar a 105/100 em 2033, ou seja, a soma da idade e do tempo de contribuição do trabalhador terá que dar 105, e da mulher 100!

Aumento da Contribuição Previdenciária: A PEC 6/2019 contém gatilhos para permitir o aumento da contribuição previdenciária do regime de servidores públicos, sem limite, o que configura confisco!

Fim do reajuste pela inflação

Fim da multa do FGTS no caso de demissão.

Fim das aposentadorias especiais para algumas categorias, como Professores(as), bombeiros civis, vigilantes, entre outras que exercem atividades desgastantes e/ou de alto risco. Será exigida idade mínima de 60 anos e tempo de contribuição de 30 anos, para professores de ambos os sexos.

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Redução para míseros R\$ 400,00 o benefício (BPC) aos idosos miseráveis maiores de 60 anos, chegando a um salário mínimo somente a partir dos 70 anos. Adicionalmente, para ter acesso ao benefício, não se poderá ter patrimônio superior a R\$ 98 mil, ou seja, basta ter uma pequena casa para perder o benefício.

Fim do Abono Salarial para quem ganha mais de 1 salário mínimo mensal. Com a mudança, 91,5% do total de pessoas que hoje podem receber o abono irão perder o benefício.

Redução da Aposentadoria por incapacidade permanente para 60%. Esse percentual só será maior para aquele(a) trabalhador(a) que ficou inválido(a) que já tiver mais de 20 anos de contribuição. Nesse caso, eleva-se 2% por ano de contribuição que exceder 20 anos. O benefício somente será de 100% no caso de invalidez causada pelas atividades do trabalho.

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Redução do valor da Pensões por morte para 60%. Se houver dependentes, acrescenta-se 10% por dependente adicional. O valor será 100% somente no caso de morte causada pelas atividades do trabalho.

Redução de até 80% no caso de benefícios acumulados: Se uma pessoa recebe uma aposentadoria e passar a receber uma pensão, por exemplo, ela terá de escolher o benefício de maior valor, e sofrer uma redução de até 80% nos demais.

Danos extensivos a Estados e Municípios: As regras estabelecidas valem para todos os entes federados

A PEC 6/2019 deve ser completamente rejeitada!

LUCRO DE 4 DOS 5 MAIORES BANCOS ALCANÇA R\$73,2 BI NO BRASIL

Soma do lucro do Itaú, Bradesco, Santander e Banco do Brasil foi de R\$ 73,2 bilhões em 2018, um crescimento médio de 12,8%

📅 19/02/2019 ⌚ 11:33

BALANÇOS

Quatro maiores bancos do país têm maior lucro em 12 anos

08.11.2018 21:04 | por Redação | 0

Consultoria Econômica considerou os resultados registrados no terceiro trimestre deste ano do Itaú, Bradesco, Santander e Banco do Brasil

10 • Economia • Brasília, domingo, 3 de fevereiro de 2019 • CORREIO BRASILENSE

CONJUNTURA / Entre 2014 e 2017, 23,3 milhões de brasileiros entraram em situação de vulnerabilidade social. Brasil só retomará menor patamar da história em 2030

Foto: Hamilton Ferrari/Ep. C/DIA Press



Edinando Santana não consegue ganhar o equivalente a um salário mínimo



Ronaldo Alves de Sousa nem sempre tem condições de pagar por um

Brasil comanda alta da pobreza na AL

» HAMILTON FERRARI

Fora de forma

Quando tem sorte, Edinando de Santana, 38

Caso o Brasil não cresça em patamares mais altos e reduza a desigualdade social, a menor taxa de pobreza da história, registrada em 2014, só deverá ser alcançada em 2030

Brasil
Econômico

Costo de Renda

Carreiras

Inovação

Finanças Pessoais

Tecnologia

Empreendedorismo

Mais Sites ▾

No terceiro trimestre, bancos brasileiros crescem e têm maior lucro desde 2006



PARADOXO BRASIL

*Estamos muito
distantes do
Brasil que
queremos*

- **9ª ECONOMIA MUNDIAL**
- **Pior distribuição de renda do mundo** <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/SSRN-id2479685.pdf>
COMPARADO COM [GINI index](#) | [Data](#) | [Table](#)
- **79º no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH – empatado com a Ilha Granada** (área territorial de 344 km², população estimada em 110 mil habitantes, produz noz-moscada)
- **Penúltimo no ranking da Educação entre 40 países** (Índice Global de

Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais)

Brasil: Realidade de Abundância e Cenário de Escassez

9ª Maior Economia Mundial IMENSAS POTENCIALIDADES **ABUNDÂNCIA**

- Maior reserva de Nióbio do mundo
- Terceira maior reserva de petróleo
- Maior reserva de água potável do mundo
- Maior área agriculturável do mundo
- Riquezas minerais diversas e Terras Raras
- Riquezas biológicas: fauna e flora
- Extensão territorial e mesmo idioma
- Clima favorável, recorde de safra
- Potencial energético, industrial e comercial
- Riqueza humana e cultural
- Reservas Internacionais US\$375 Bi
- R\$ 1,14 Trilhão esterilizados no Bacen
- R\$ 480 bilhões de "sobra" em 2015 e R\$ 268 bilhões em 2016
- Dívida Ecológica histórica
- Potencial de arrecadação tributária

CENÁRIO 2015-2019 **ESCASSEZ**

CRISES

➤ **Econômica seletiva**

- Desindustrialização
- Queda de empresas
- Desemprego
- Perdas salariais
- Privatizações
- Encolhimento do PIB

➤ **Social**

➤ **Política**

➤ **Ambiental**

AJUSTE FISCAL e REFORMAS: Corte de investimentos e gastos sociais; aumento de tributos para a classe média e pobre; privatizações e Contrarreformas

CRESCIMENTO ACELERADO DA "DÍVIDA PÚBLICA" = **CRISE FISCAL/LUCRO
RECORDE DOS BANCOS**

Pobreza e desigualdade aumentaram nos últimos 4 anos no Brasil, revela estudo

A pobreza voltou aos níveis do começo da década (2011). Portanto, esse período caracteriza-se como uma década perdida. Olhando para a desigualdade, o retrocesso não fica atrás. Desde 1989 o Brasil não experimentava mais de três anos de aumento consecutivo de desigualdade. A piora na performance social do Brasil também explica o mau desempenho econômico.



Nos últimos três anos, mais seis milhões na extrema pobreza e mais desigualdade

É URGENTE SAIRMOS DO CENÁRIO DE ESCASSEZ! Isso não é um acaso, ou mero resultado da corrupção endêmica de dirigentes políticos, mas sim o resultado do modelo econômico concentrador de riqueza e renda, que se sustenta principalmente no Sistema da Dívida, no modelo tributário regressivo, na política monetária suicida praticada pelo Banco Central e no modelo extrativista irresponsável para com as pessoas e o ambiente.

Maria Lucia Fattorelli

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br

www.facebook.com/auditoriacidada.pagina